

Controle de tarifas

Paula Miranda de Vasconcellos*

A Constituição de 1988 e as leis que vêm complementando suas determinações, orientam e reforçam o cidadão, no sentido de reivindicar mais e mais seus direitos.

Nesse sentido, o art. 5º, inciso XXXIII, da Carta Magna, assegura o direito às informações dos órgãos públicos, aí incluídas as empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias etc.

Toda pessoa, seja ela física ou jurídica, tem a obrigação e o direito de saber “o que” está pagando, conhecer as bases de cálculos que incidiram sobre o preço cobrado de um serviço por ela utilizado, “o quanto” e o “porquê” dessa cobrança.

Todas as faturas apresentadas por órgãos públicos têm a presunção da veracidade, no entanto, há de se observar que muitas vezes, por conta de sistemas obsoletos ou por ausência de alimentação de dados que influenciam no resultado da cobrança, a Administração Pública cobra um valor equivocado.

É importante considerar, por exemplo, que no sistema de cobrança das tarifas aeronáuticas e aeroportuárias (pouso, permanência e auxílio à navegação aérea) incide diretamente sobre o cálculo, diversas variáveis que necessitam estar permanentemente atualizadas: PMD (Peso Máximo de Decolagem), classe e categoria do aeroporto, valor do dólar etc. Essas tabelas, se desatualizadas, geram uma discrepância financeira considerável na cobrança de tais tarifas.

Cabe, portanto, à empresa aérea ou aos proprietários de aeronaves a conferência desses valores, com o intuito de evitar o pagamento de cobranças indevidas, seja com o valor a maior ou em duplicidade, fatos estes costumeiramente ve-

“ Toda pessoa seja ela física ou jurídica, tem a obrigação e o direito de saber ‘o que’ está pagando, conhecer as bases de cálculos que incidiram sobre o preço cobrado de um serviço por ele utilizado, ‘o quanto’ e o ‘porquê’ dessa cobrança. ”

rificados.

A verificação desses dados e a solicitação das diferenças encontradas já estão devidamente regulamentadas por portarias do DAC (Departamento de Aviação Civil), que, atento a essas irregularidades, considerou e regulamentou essas solicitações de crédito após as respectivas conferências.

A lei garante o direito à restituição dos pagamentos indevidos realizados nos últimos cinco anos.

Assim dispõe a Lei 9.784, art. 54, o Código Civil, arts. 177, 178 e 964, o Código Tributário Nacional, art. 168, de acordo com cada especificidade, e diversas súmulas dos Tribunais Superiores.

Esses prazos são aplicáveis também em quaisquer cobranças efetuadas por órgãos públicos a qualquer título.

Na área aeroportuária, além do cuidado e da checagem das tarifas mencionadas acima, cumpre também observar a legalidade das cobranças de “rateio”, ou seja, água e esgoto, energia elétrica, lixo, incineração, telefonia etc.

É importante que cada concessionária exija da administração aeroportuária a demonstração dos custos operacionais básicos, com a exclusão de suas próprias áreas administrativas, e com a demonstração dos critérios estabelecidos para a aplicação do rateio, e a informação sobre a legalidade de cada item cobrado.

O benefício desse controle de legalidade e de valores cobrados resultará, certamente, numa economia de capital para ser aplicada em outras áreas de interesse direto para o concessionário.

Exercer o papel de fiscalizador das atividades governamentais é um dever que favorece individualmente cada cidadão e fortalece toda a sociedade.

* Advogada.